A UNE é do povo

é só unindo que constrói um Brasil novo!

**Levanta Juventude!**

Somos o Levante Popular da Juventude, queremos transformar a realidade e a vida das e dos estudantes, e de toda a juventude brasileira. Acreditamos que a UNE pode ter um papel muito importante neste processo.

Mas, para fazer da UNE uma entidade viva, protagonista das transformações estruturais no Brasil, presente no cotidiano das universidades e da população, é necessário construir uma ação política que tenha consequência. Para isso é preciso entender o nosso país, a educação, o movimento estudantil e a própria UNE. São conhecimentos que devem ser construídos coletivamente, a partir da relação entre a prática e a teoria.

Ao longo do ano de 2012, realizamos uma série de ações em diversos estados do país, em torno da luta por memória, verdade e justiça, bem como por um Projeto Popular pra Educação. Somos jovens que estão entrando na UNE devagarinho. Participamos de diversos fóruns da UNE, aprendemos e descobrimos muita coisa. Sabemos que a juventude precisa se organizar também para além do movimento estudantil. Estamos presentes e fortalecemos articulações nos bairros, favelas, periferias, movimento negro e no movimento de cultura. No campo brasileiro acreditamos ser fundamental a articulação com os movimentos sociais da Via Campesina, como o MST, o MAB e o MPA.

Nosso principal desafio que está colocado pra hoje é construir coletivamente uma alternativa de futuro pra juventude em torno de um Projeto Popular para o Brasil. Um projeto que articule todo o povo brasileiro na luta por transformações estruturais e que garanta direitos para todos como educação, saúde, trabalho, moradia, construindo um país justo, solidário, soberano, com desenvolvimento, sustentabilidade e democracia. Um país em que as diferenças não sejam desigualdades, sem machismo, racismo, homofobia e nenhum tipo de violência.

Nas próximas páginas você vai conhecer o que pensamos sobre o mundo, o Brasil, a educação brasileira e o movimento estudantil. Os desafios que acreditamos serem os necessários de serem enfrentados pela juventude brasileira e que acreditamos ser papel da UNE também se colocar nessa luta.

É o Levante Popular da Juventude na UNE!

**Que mundo é este que vivemos?**

Nas últimas décadas, o capitalismo ingressou numa nova fase: dominado pelo capital financeiro e pelas corporações internacionais, pela primeira vez na história da humanidade temos um domínio mundial de um modo de produção em todo planeta, com cada vez mais concentração de riqueza nas mãos de poucos. Apesar de ter perdido parte da hegemonia econômica, os Estados Unidos, a principal potência imperialista, mantém a hegemonia política e militar mundiais, inclusive incentivando ações bélicas por todo o mundo, que têm se intensificado.

Os valores e a visão de mundo capitalista tem impregnado a maioria da população mundial. Individualismo, egoísmo, consumismo e competitividade tomaram o lugar de sentimentos de construção coletiva e a perspectiva de uma transformação da realidade.

Apesar disso, há uma crise econômica em processo no mundo. Ela é profunda e prolongada e, embora tenha atingido o Brasil com menos intensidade, ela é a responsável por diversas revoltas que tem eclodido mundo a fora, em especial na Europa e Oriente Médio. Em todas essas revoltas a juventude tem tido um papel protagonista e buscado tomar a construção do futuro em suas próprias mãos.

Na América Latina, vivenciamos um processo inverso aos dos EUA e da Europa, com a constituição de governos populares e progressistas, comprometidos com o combate ao neoliberalismo. Países como a Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, tem combinado desenvolvimento econômico e transformações estruturais na sociedade, tais como reforma agrária e urbana, universalização de direitos e nacionalização de setores estratégicos da economia. Estas transformações, além de beneficiar a maioria da população pobre e trabalhadora, tem polarizado estas sociedades e colocado o socialismo como uma alternativa concreta ao capitalismo.

Já países como Brasil, Argentina, Peru e Uruguai, são governos de caráter neodesenvolvimentista, compondo um projeto de integração capitalista autônomo da América Latina, combinando crescimento econômico com distribuição de renda, avançando em alguns direitos sociais, mas desarticulado de um processo de reformas estruturais. Estes governos foram importantes para frear o avanço do projeto neoliberal, inclusive rechaçando a proposta da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas. No entanto, estes governos tem construído uma política de caráter contraditório, buscando conciliar o interesse de setores da burguesia com os interesses da classe trabalhadora.

Além desses dois projetos, ainda observamos a presença de um terceiro, de caráter neoliberal. Tal projeto é capitaneado pelos Estados Unidos e ganhou as eleições em países como Guatemala, Panamá, Chile e México, além de ter impulsionado o golpe no Paraguai e Honduras. O projeto neoliberal visa recolonizar a América Latina transformando-a em uma simples produtora de commodities para o lucro do capital financeiro e internacional.

Estes três projetos se encontram em disputa na América Latina. Nós do Levante, acreditamos que para construirmos uma América Latina popular e soberana é preciso derrotar de uma vez por todas o projeto neoliberal. Para isso, devemos somar forças impulsionando o projeto articulado ao redor da ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América, da CELAC – Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos e da UNASUL – União de Nações da América do Sul, bem como exercemos nosso internacionalismo, apoiando e defendendo a Revolução Cubana e Bolivariana.

Portanto, é preciso avançar em torno de transformações estruturais na América Latina! O avanço do projeto popular em nosso continente pode alterar a correlação de forças a nível mundial, sendo decisivo para um novo ascenso de massas e recolocando o socialismo como possibilidade para milhões de trabalhadores/as de todo o mundo!

Viva a Revolução Cubana!

Viva a Revolução Bolivariana!

Viva o Projeto Popular!

**Esse é o nosso país, essa é a nossa bandeira!**

O Brasil tem a exploração violenta em sua marca de nascença.  Carregamos as dores da escravidão, o saqueio das grandes potências, e uma história de uma elite dependente, que sempre concentrou o poder em suas mãos, e que sempre fez de tudo para mantê-lo. Os meios de comunicação, a terra, a água, energia, a educação, o lazer e a saúde de qualidade ainda estão nas mãos dessa elite. Aos trabalhadores, restaram somente as periferias das grandes cidades, as encostas de morro e as beiradas de rio, extensas jornadas de trabalho e salários miseráveis; no campo, a reforma agrária e a produção de alimentos foram deixadas de lado e substituídas pela utilização de transgênicos e agrotóxicos, tudo orientado para a exportação.

Talvez o debate mais explícito e mais provocativo sobre a conjuntura brasileira seja o debate sobre o governo petista. Já se passaram dez anos desde que o PT chegou à Presidência da República. Embora o petismo não fosse mais uma unanimidade na esquerda, até a eleição de Lula, em 2002, o PT ainda representava um polo quase sem “concorrentes”. Com o governo Lula, esse polo pulverizou-se. Hoje são várias as tendências e partidos de esquerda, divididas em praticamente duas posições aparentemente antagônicas: apoiar o governo de forma acrítica e adesista, ou fazer oposição ao governo.

A posição que defende o apoio acrítico ao governo advoga que o governo promove mudanças sociais importantes que beneficiam a classe trabalhadora, cabendo aos movimentos sociais defender o Governo e jogar energia no seu fortalecimento eleitoral. Já aqueles que defendem a “oposição de esquerda” acusam o PT de traição e encaram os Governos Lula e Dilma como governos neoliberais, sendo a tarefa central fazer oposição ao Governo e se autoconstruir como alternativa. Tais posições impregnaram o movimento estudantil. Tornaram-se um senso comum. Estamos imersos nesse debate – não porque nós optamos por isso, mas porque herdamos isso dos que nos antecederam.

O Governo Dilma é de esquerda ou de direita? É burguês ou popular? Beneficia o povo ou as elites? Deve ser combatido ou apoiado? Qual destas posições é a correta? Ora, quando a pergunta está errada, a resposta só pode ser errada. O que perguntas desse tipo escondem é que o Governo Dilma é ambas as coisas. Possui em seu interior tanto esquerda como direita. Adota medidas que beneficiam o povo, como medidas que beneficiam as elites. Contraria interesses dos trabalhadores como também contraria interesses do capital. Promove os Direitos Humanos ao mesmo tempo em que beneficia grandes empreendimentos que violam Direitos Humanos. Em suma, o Governo Dilma é profundamente contraditório.

Caracterizamos essa contradição do governo como reflexo da política neodesenvolvimentista. Na sociedade como um todo, essa política é construída por classes sociais e frações de classes heterogêneas, mas que tem acordo em superar a política neoliberal, privatista e dependente dos governos anteriores. Sua política é de desenvolvimento (em menor escala e com menos força que o desenvolvimentismo clássico), sem perspectiva de ruptura com o capitalismo, mas que cria políticas sociais de diminuição da pobreza, aumento do emprego e distribuição de renda que fazem diferença de fato para a vida da classe trabalhadora.

Mas o senso comum esconde a contradição. Tende a hiperdimensionar um aspecto e subdimensionar o outro. E o faz de propósito. Daí que aqueles que defendem o apoio ao Governo tenham tanta dificuldade em encarar as mazelas do Governo e a adotar um tom crítico ou combativo. Tendem a falar apenas daquilo que encaram como positivo. Do outro lado, aqueles que advogam a “oposição de esquerda” têm igualmente dificuldade em se posicionar quando o Governo adota uma posição acertada. Tendem a falar apenas daquilo que é negativo, e abster-se quando a conjuntura exige uma posição de defesa de uma medida do Governo.

Um exemplo dessa postura de abstenção na conjuntura é o caso do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Quando o Governo lançou a proposta, a “oposição de esquerda” se calou. Sofrendo uma dura oposição dos setores conservadores da sociedade – imprensa, Igreja etc – o Governo cedeu à pressão e recuou. Foi apenas quando o Governo recuou e anunciou que faria ajustes à proposta, que a “oposição de esquerda” apareceu para defender o PNDH-3 – o qual, nunca é demais lembrar, foi elaborado pelo Governo Lula, pela esquerda que havia no interior do Governo.

Assim é que, mais do que boa ou má, justa ou injusta, bela ou feia, em seu conjunto as medidas adotadas pelo Governo Dilma acumulam contradições na sociedade. E na medida em que as contradições se acumulam, a luta de classes agudiza-se, dinamiza-se: as lutas crescem em quantidade e qualidade. Não é desprezível que nos últimos anos tem havido um aumento exponencial de greves no país: greves operárias, de trabalhadores que têm carteira assinada e no setor privado. E, em paralelo, tem aumentado a sindicalização.

A abstenção da “oposição de esquerda” na conjuntura tem a ver com sua predileção pela estratégia eleitoral, ou seja, pela crença de que é necessário haver uma alternativa ao Governo Dilma (nisso estão corretos) e que essa alternativa é eleitoral. Afinal, como poderão se apresentar como oposição nas próximas eleições se defendem medidas do Governo? É para apresentar-se 100% como oposição, e é porque todos os seus esforços concentram-se em se autoconstruir, em filiar mais e mais pessoas na linha do antipetismo, que são forçados a se abster.

Se o Governo Dilma é contraditório e se a política deste Governo acumula contradições na sociedade, a linha justa nessa conjuntura deve, antes de mais nada, reconhecer a contradição, e explorar a contradição a favor do povo. Isso impõe ter apego não com este ou aquele instrumento, mas com os interesses do povo: combater as medidas que prejudicam os interesses do povo, apoiar as medidas que beneficiam o povo, e, sobretudo, organizar o povo (e os estudantes) para pressionar, reivindicar direitos e mudanças estruturais. Nesse sentido, a greve das Universidades Federais que ocorreu em 2012 é um exemplo.

**As contradições das políticas educacionais nos últimos 10 anos**

A educação no Brasil sempre foi um privilégio das elites dominantes. As raízes da nossa educação se confundem com as do conservadorismo e as do elitismo, historicamente sendo negado o direito a educação a população pobre e trabalhadora. É com a Constituição de 1934 que o direito a educação passa a ser considerado público em nosso país, e é somente na Constituição Federal de 1988, que esse direito passa a ser de todos e dever do Estado. A luta para que o povo brasileiro tenha acesso à educação é, portanto, uma luta histórica.

Nos últimos 10 anos, a partir do Governo Lula, tivemos importantes modificações na educação brasileira. O aumento do orçamento destinado à educação pública, de 30,9 bilhões em 2002 para os atuais 73,9 bilhões, tem possibilitado a redução do número de analfabetos no país e a ampliação da educação básica, se aproximando de sua universalização. Apesar disso, ainda temos 12,9 milhões de analfabetos no Brasil, inexiste uma política concreta de creches no país, e o ensino médio continua sendo um gargalo para grande parte da juventude brasileira.

A partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, houve a expansão das Escolas Profissionalizantes, em parceria com os governos estaduais, e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, aumentando o número de matrículas nos IF´s de 565 mil, em 2002, para 1,2 milhões, em 2011. Esta expansão dos IF´s priorizou áreas de conhecimento relacionadas principalmente ao desenvolvimento das atividades produtivas e a inovação tecnológica, tais como: energias renováveis, mineração, alterações climáticas, sustentabilidade, pesca e aquicultura, tecnologias da informação, siderurgia, refinaria, exportação, tecnologia de saúde.

Além disso, com a Lei 12.513/2011, o governo instituiu uma série de medidas fortalecendo o ensino técnico em parceria com o Sistema “S” (SENAI, SENAC, SESC e SESI), são eles: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-TecBrasil (EAD) e o FIES Técnico Empresa.

No ensino superior privado, houve a consolidação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado ainda no governo FHC, aumentando seu financiamento para 100% da mensalidade, reduzindo seus juros e ampliando seu prazo de amortização do financiamento, contando hoje com aproximadamente 800 mil estudantes.

Em 2004, através da Medida Provisória nº 213, é criado o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, que tem sua regulamentação no ano seguinte com a Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005. O PROUNI concede bolsas de estudo para jovens oriundos da classe trabalhadora, com renda per capita de um salário mínimo e meio, para bolsas integrais, e três salários mínimos, no referente a bolsas parciais de 50%, no percentual de 10% do número de matrículas por universidade.

Em contrapartida, as instituições que aderirem ao PROUNI ficam isentas do pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (COFINS). O PROUNI já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2012, aproximadamente 1 milhão e 300 mil estudantes, sendo 67% com bolsas integrais.

No ensino superior público é instituído em 2007, via decreto 6.096 de 24 de abril, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que teve como objetivo criar as condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, elevando a taxa de conclusão média da graduação e aumentando a relação do número de estudantes e professores. Ao longo desses 5 anos de REUNI, as IFES se expandiram e cresceram de forma significativa, praticamente dobrando o número de matrículas.

Em 2009, o Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Recentemente, a presidenta Dilma sancionou a Lei nº 12.799 que torna gratuito a taxa de inscrição aos estudantes oriundos de escola pública, com renda familiar de até um salário mínimo e meio, per capita, que queiram ingressar nas universidades e institutos federais.

Já em 2012, é sancionado pelo Governo Federal a Lei das Cotas 12.711/2012, que garante a reserva de vagas de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Estas vagas serão distribuídas levando em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas nos estados, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Atualmente são investidos 5,7% do PIB brasileiro em educação. O aumento do número de verbas investidos na rede federal de ensino possui forte relação com o projeto neodesenvolvimentista em curso no país, principalmente a partir do segundo governo Lula (2006-2010).

A ampliação de vagas nas federais, bem como a criação de novas universidades e institutos federais visa atender um projeto de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na distribuição de renda. Ou em outras palavras no desenvolvimento da indústria brasileira e da ampliação do mercado interno.

Esta expansão, mesmo que contraditória, tem possibilitado o acesso de centenas de milhares de jovens da classe trabalhadora ao ensino técnico e superior. Fruto destas contradições temos visto uma recomposição da classe trabalhadora no país, que tem dentro de suas principais características sua disposição pra lutar em defesa dos seus direitos e sua condição juvenil.

Estes jovens tem adentrado nas universidades e institutos federais e se deparam na grande maioria das vezes com uma estrutura conservadora, que não garante sua permanência na universidade, ou boas condições de ensino e aprendizagem. Não à toa, no último ano, ocorreu a Greve das Federais, paralisando a grande maioria das universidades e institutos federais do país, reivindicando a valorização dos professores e técnico administrativos, bem como o aumento de verbas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Também temos observado várias mobilizações nas universidades particulares, reivindicando melhores condições de ensino-pesquisa-extensão, maiores condições de permanência para os estudantes, contra o aumento abusivo das mensalidades e pela regulamentação do ensino privado.

Apesar dos avanços em comparação com o Governo FHC, no qual eram investidos somente 3,9% do PIB pra educação e menos de 8% da juventude tinha acesso ao ensino superior. O atual percentual de 5,7% do PIB é insuficiente, pois garante o acesso de apenas 15% da juventude brasileira à universidade. Ainda distante do desafio que é a democratização da universidade.

Para darmos consequência a democratização do acesso à universidade no nosso país, é necessário explorarmos e canalizarmos as contradições das atuais políticas educacionais, exigindo do governo federal o percentual de 10% do PIB para educação pública e 100% dos Royalties do Pré-Sal pra Educação.

Somente a juventude mobilizada e permanentemente organizada será capaz de construir um projeto popular para a educação, que garanta o direito à educação superior para toda a juventude brasileira.

 **Movimento Estudantil**

**A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA NOSSA VOZ!**

A UNE é fruto da conjunção de fatores históricos e políticos que culminam na construção de uma entidade nacional, em 1937. A UNE nasce, portanto, num período bastante importante da história brasileira durante o governo Vargas. Durante a Segunda Guerra Mundial a entidade se posiciona contra o Nazi-fascismo, pressionando o governo Vargas para que o mesmo se posicionasse diante do conflito. Fruto dessa pressão ocorre a ocupação do prédio do Clube Germânia, na praia do Flamengo, sede de uma organização simpática ao nazismo. Durante a década de 50 a UNE se posiciona novamente em torno de uma temática nacional sendo uma das organizações que capitanearam a campanha “O petróleo é nosso”, que culminou na criação da Petrobrás.

Na década seguinte a UNE realiza seus dois Seminários da Reforma Universitária, primeiro em Salvador Bahia e depois em Curitiba Paraná. Esse processo todo culminou na UNE Volante, que rodou o país promovendo debates em torno da Reforma Universitária. Um dos temas centrais era a democratização das estruturas universitárias principalmente no “governo universitário”, exigindo a paridade entre os três segmentos que compõem a universidade. A UNE materializou essa luta na “greve do 1/3”.

Outra campanha importante no período é a “campanha da legalidade” que assegurou a posse do então presidente João Goulart. Quando ocorre o Golpe Militar a UNE é uma das primeiras organizações a serem cassadas tendo sua sede invadida e destruída. A UNE, mesmo diante dessa situação, convoca os estudantes pra resistir a Ditadura. A UNE durante a Ditadura será a entidade que fornecerá diversos quadros para a luta armada. Com a forte repressão política o movimento estudantil se enfraquece sendo retomado somente a partir de 1976 com a refundação das entidades estudantis que culminará no Congresso de Refundação da UNE em Salvador, 1979.

Durante a década de 90 a UNE terá o protagonismo na luta do “Fora Collor”. No entanto, em seguida, diante da ofensiva neoliberal ela terá uma agenda de resistência aos ataques á educação.

Com a vitória eleitoral do Lula em 2002 a UNE voltou a ganhar destaque no debate em torno da Reforma Universitária, principalmente que no que tange as políticas públicas de educação: PROUNI, REUNI, etc.

**CONSTRUIR A UNE***DADE***!**

**UNE**DADE é a junção de duas palavras que (quase) formam uma terceira: UNE + verdade = (quase!) unidade. Precisamos construir unidade na UNE para construir a UNE de verdade. Ao mesmo tempo, precisamos construir a UNE de verdade para construir a unidade no cotidiano - fora dos momentos congressuais. E, construir a UNE de verdade significa construir **nossa** simbologia, **nossas** pautas e **nossas** ações unitárias através de nossa entidade máxima, que nos unifica nacionalmente há mais de 75 anos – que unifica, inclusive, gerações de militantes e ex-militantes do movimento estudantil. É, por fim, em hipótese nenhuma, fazer contra-propaganda da entidade máxima dos estudantes, o que deixamos apenas aos nossos verdadeiros inimigos, que já tentaram legal e ilegalmente extinguir nossa entidade por mais de uma vez, e até hoje não nos querem fortes e organizados; mas verão cada vez mais!

Em cada conversa deste congresso, em cada debate que estivermos, precisamos estar orientados por uma pergunta vital: o que nos UNE? Não podemos simplesmente “baixar” o programa ou as pautas de “nossos sonhos” para os fóruns do movimento estudantil e disputá-las a ferro e fogo, preto no branco, sob pena de seguirmos uma lógica marcada pela política da diferença, da demarcação, do: *eu sou mais de luta que você*. Ou melhor, a lógica da “polarização despolitizada”, onde predomina a “briga de torcidas” entre o bloco majoritário e a oposição de esquerda. É evidente que temos visões um pouco distintas, o (quase!) unidade mostra que a UNE é plural e democrática, ou seja, não somos homogêneos ou portadores dum pensamento único. Mas, podemos nos misturar e fazer um movimento forte e coletivo, o que falta é uma mudança de foco: da política da diferença para a política da unidade.

Vale lembrar que o conteúdo dessa polarização despolitizada reside no fato dos campos políticos presentes na UNE tratarem-se como inimigos (!), não como pontuais adversários. A consequência política disso **é o movimento estudantil** (não a força A nem a força B, mas todo o movimento) ficar preso em disputas internas, distante das massas estudantis, e uma memória distante para o povo brasileiro; fato que ocorre, pelo menos, nos últimos dez anos. Mas é hora de mudança, é hora da UNE voltar ao seio do povo!

Voltar ao seio do povo não significa somente voltar a defender os interesses das camadas populares, por que não podemos dizer que a entidade deixou de fazer isso por completo. Mas, voltar ao seio do povo significa voltar às ruas, que é onde o povo está!

A luta popular do movimento estudantil é o espaço para ser ocupado pelos setores identificados com o projeto popular, que não se contentam com a lógica até então predominante dentro da entidade. A Jornada de Lutas de Juventude marca, nesse sentido, um novo momento para a UNE, que após um CONEB e um CONEG com esforços (quase!) completamente centrados na unidade, volta às ruas caminhando ombro a ombro com diversas organizações populares. Na nossa avaliação, é a construção e consolidação de um forte Campo Popular que pôde e poderá demonstrar uma política acertada: alterando a correlação de forças interna da UNE para caminharmos cada vez mais com as classes populares rumo às urgentes transformações estruturais de que a sociedade brasileira necessita. Estamos apenas começando!

Precisamos refletir sobre as pautas que irão renovar, arejar, e unificar o movimento estudantil nos próximos anos, a pergunta que está posta para esse CONUNE é: o que nos unifica e garante avanços para as camadas populares, que estão cada vez mais dentro das universidades? Considerando que a classe possui diversidade sexual, cor, nome e endereço. Como pensar assistência estudantil considerando as especificidades das mulheres? Como combater o racismo emboscado que se revela com as cotas?

**Democracia nas universidades: Subir isso**

1. Representantes de organizações populares nos espaços e momentos decisórios da universidade.
2. Democracia na comunicação institucional: de quantos braços a universidade é feita? Com quantas cabeças? E quantas vozes? Pela abertura para comunicação de estudantes, técnicos e professores, com suas entidades ou coletivos.

**Política de Acesso-Permanência:**

Públicas:

1. Assistência Estudantil: para critérios sócio-econômicos, mas também de gênero.

2. Reajuste das bolsas: atividade, monitoria, IC e extensão.

E particulares?

**Memória, verdade e justiça:**

1. A comissão da verdade da UNE: como massificar suas iniciativas?

Combate ao racismo, machismo e homofobia: -> Campanha anti-trote: Trote não integra! Pela **acolhida** e integração dos estudantes, sem racismo, machismo, ou quaisquer outras lógicas de submissão e humilhação!

**Fortalecer a organização autônoma dos estudantes:**

1. Qual é a política de financiamento das entidades estudantis? Quais iniciativas vamos fortalecer nacionalmente pra não ficarmos reféns de recursos externos pra realizar nosso calendário de atividades?
	1. Para CAs e DAs
	2. Para DCEs
	3. Para UEEs
	4. Para Executivas de curso
	5. Para a UNE

Vamos mostrar a nossa cara, politizadxs, com muita animação, disciplina e respeito por todos com quem dialogamos. É claro que faz parte disso criar músicas, mas também precisamos colaborar e ter boa relação com as e os trabalhadores. Com práticas aparentemente pequenas, mas que dizem muito (pois somos muitos), como não deixar lixo no chão e cumprir os acordos coletivos. Acreditamos que temos que construir cotidianamente o projeto popular que defendemos para a sociedade, com os valores, a alegria e a disposição necessária.